

Plano Brasil Maior

2011/2014

Inovar para competir. Competir para crescer.

Situação do conjunto de medidas

Brasília, 01 de março de 2013

Redução dos custos de trabalho e capital

Medidas Operacionais

Medida	Descrição	Situação
Desoneração da folha de pagamento Eliminação da contribuição patronal do INSS com compensação parcial de nova alíquota sobre faturamento bruto, excluída receita bruta de exportações	<ul style="list-style-type: none"> - Desonerados 42 setores (mais de 3.300 NCM) - Alíquota 1%: têxtil, confecções; couro e calçados; móveis; plásticos; material elétrico; autopeças; ônibus; naval; aeronáutico; bens de capital mecânico; aves, suínos e derivados; pescado; pães e massas; fármacos e medicamentos; equipamentos médicos/odontológicos; bicicletas; pneus e câmaras de ar; papel e celulose; vidros; fogões, refrigeradores e lavadoras; cerâmicas; pedras e rochas ornamentais; tintas e vernizes; construção metálica; equipamento ferroviário; ferramentas; forjados de aço; parafusos, porcas e trefilados; brinquedos; instrumentos óticos; manutenção e reparação de aviões; transporte aéreo e marítimo/fluvial; comércio varejista - Alíquota 2%: <i>call center</i> ; TI e TIC; suporte técnico informática; <i>design houses</i>; hotéis e transporte rodoviário coletivo; construção civil - Criação de Comissão Tripartite de Acompanhamento e Avaliação da Desoneração da Folha de Pagamento: avaliação do impacto e proposta de medidas corretivas 	<ul style="list-style-type: none"> -Lei 12.546, 14/12/11 (conversão MP 540) -Decreto 7.711, 03/04/12, institui Comissão Tripartite: reunião de instalação ocorrida em 22/08/12 - Lei 12.715, 17/09/12 (conversão MP 563) - Projeto de Lei de Conversão 1/2013 aprovado no Senado (conversão da MP 582). Aguardando sanção da Presidenta

Medidas Operacionais

Medida	Situação
Ampliação Simples Nacional <ul style="list-style-type: none">- Reajuste de 50% em todas as faixas de faturamento:<ul style="list-style-type: none">(i) de R\$ 120 para R\$ 180 mil(ii) de R\$ 1,2 para 1,8 milhão(iii) de R\$ 2,4 para 3,6 milhões- Limite adicional de R\$ 3,6 milhões das exportações para fins de enquadramento-	<ul style="list-style-type: none">- Lei Complementar 139, 10/11/11- 4,3 milhões de optantes em 18/07/12 (incremento de 6,3% desde a vigência dos novos limites)
Ampliação Microempreendedor Individual – MEI: alteração do limite de R\$ 36.000 para R\$ 60.000	<ul style="list-style-type: none">- Lei Complementar 139, 10/11/11- 2,3 milhões de optantes em 18/07/12 (incremento de 38,3% desde a vigência do novo limite)

Medidas Operacionais

Medida	Situação
Redução gradual prazo devolução créditos PIS-Pasep/Cofins sobre bens de capital: de 12 meses para apropriação imediata a partir de julho/12	Lei 12.546, 14/12/2011 (conversão da MP 540)
Redução de IPI sobre bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos comerciais leves	-Até 31/12/12, regulamentada pelos Decretos 7.541, 7.542 e 7.543/2011, 02/08/2011 - Prorrogado até junho/2013
Extensão do prazo de redução do IPI sobre bens de consumo : linha branca, móveis, laminados PET, papel de parede, luminárias e lustres	-Até 31/12/12, regulamentada pelos Decretos 7.705 de 25/03/2012, 7.770 de 28/06/2012 e 7.796 de 31/08/2012 - Prorrogado até junho/2013
Postergação do prazo de recolhimento do PIS-COFINS: pagamentos de março e abril postergados para novembro e dezembro, respectivamente (autopeças, têxtil, confecções, calçados e móveis)	Portaria MF 137, 30/04/12
Depreciação Acelerada: para efeito de apuração do IR das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real	Projeto de Lei de Conversão 1/2013 aprovado no Senado (conversão da MP 582), autoriza depreciação acelerada para bens novos adquiridos ou objeto de contrato de encomenda até 31/12/12, prevendo apuração a partir de 01/01/13

Medidas Operacionais

Medida

Situação

BNDES PROGEREN: ampliação e facilitação do capital de giro para aumento da produção, do emprego e da massa salarial

- Novos setores e condições de crédito/prazo - Resolução BNDES 2.131, 02/08/11
- Aumento de dotação, redução de juros, inclusão de grandes empresas e ampliação de limite por grupo econômico – Resolução BNDES 2.199, 20/12/11, e Resolução BNDES 2.239, 03/04/12
- Redução de juros e ampliação dos setores beneficiados – Resolução BNDES 2.255, 01/06/2012

Relançamento do Programa BNDES de Revitalização de Empresas (BNDES Revitaliza): novas condições de financiamento, inclusão de novos setores e ampliação do prazo para exportação

- Relançamento do Revitaliza – Resolução BNDES 2.161, 11/10/11
- Inclusão de novos setores e ampliação do prazo de financiamento para exportações para 24 meses – Resolução BNDES 2.237, 03/04/12
- Redução de juros – Resolução BNDES 2.270, 25/06/12

Medidas Operacionais

Medida

Situação

BNDES Inovação:
novos mecanismos
para ampliar o apoio a
projetos de inovação

- Crédito pré-aprovado para planos de inovação: inclusão de planos plurianuais de inovação de empresas no BNDES Limite de Crédito Inovação – Resolução BNDES 2.143, 06/09/11
- Unificação das linhas de apoio à inovação do BNDES – Resolução BNDES 2.246, 02/05/12
- Recursos para ampliar carteira de inovação FINEP – Decisão Diretoria BNDES 1.172, 22/11/11

Fundos BNDES de investimentos em empresas inovadoras:
Criatec II e III

- Aprovação dos Fundos de Investimento de Capital Semente ("Criatec II" em 2012 e "Criatec III" em 2013), com patrimônio comprometido de, no mínimo, R\$ 170 milhões, ambos voltados para investimentos em empresas inovadoras com receita inferior a R\$ 10 milhões: Decisão Diretoria BNDES 70, de 07/08/12
 - Selecionado gestor do Criatec II: Ícone Investimentos Ltda.

Medidas Operacionais

Medida

Situação

Programa de Sustentação do Investimento (PSI)

- **Extensão PSI até dez/12:** inclusão de novos setores/programas implantada Resolução BNDES 2.165, 11/10/11
- **PSI-4:** aporte de R\$ 45 bilhões do Tesouro para o BNDES e prorrogação do prazo até 31/12/2013

PSI Ônibus e Caminhões: ampliação de prazo, elevação da participação BNDES e redução de juros

Implantados Resolução BNDES 2.236, 03/04/12

PSI Demais Bens de Capital: elevação da participação BNDES e redução de juros

PSI Exportação (Pré-embarque): ampliação de prazo, elevação da participação BNDES e redução de juros

PSI Inovação - BNDES e FINEP: unificação das linhas de apoio à inovação, redução de juros e ampliação de carência

PSI Projetos Transformadores: nova linha para constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia (bens não produzidos no País que induzam encadeamentos e ganhos de produtividade e qualidade)

Medidas Operacionais

Medida

Situação

Criação do Programa BNDES de Apoio à Qualificação Profissional do Trabalhador (BNDES Qualificação): implantação, expansão, modernização e ampliação da infraestrutura de PD&I e das vagas de formação profissional e educação técnica e tecnológica

- Implantada Resolução BNDES 2.160, 11/10/11
- Aprovada 1ª operação: financiamento R\$ 1,5 bi para SENAI visando duplicar n° alunos qualificados para a indústria (Decisão de Diretoria 152, 28/02/12)

Novos recursos para inovação: aumento de crédito de R\$ 2 bilhões do BNDES para ampliar carteira FINEP 2011

Autorizada Resolução CMN 4.009/2011 e aprovada pelo Dec. Dir. BNDES 1.172, 22/11/11

Estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas

Medidas Operacionais

Medida

Situação

Compras Governamentais:
regulamentação Lei 12.349/10
(margem de preferência de até 25%
para produtos manufaturados e
serviços nacionais que atendam a
normas técnicas brasileiras e
incorporem inovação)

- Regulamentada pelo Decreto 7.546, 02/08/11
- Sistemas “Comprasnet” operacional para a aplicação das margens
- Cartilha “Orientações para preenchimento da declaração de origem” disponível
- Portaria MDIC 279, 18/11/11: Regime de origem para aplicação de margem
- Compras com margem de preferência efetuadas em 2012: R\$ 2,5 bilhões

Ver detalhamento



Compras Governamentais: detalhamento

- **Confecções, calçados e artefatos**: Decreto 7.601, 07/11/11 estabelece margem de 8% por 6 meses. Decreto 7.756, 14/06/12, altera margem para 20% até 31/12/13. Editais de pregão eletrônico com aplicação de margem:
 - Min. Defesa: Comando da Aeronáutica (Pregão 032012: jaqueta, boné e calça de educação física); Comando do Exército (Pregão 12012 e 212011 -camiseta, agasalho, calça, manta, mochila, saco de dormir etc.)
 - Min. Saúde (Pregão 012012 - camiseta e boné)
- **Retroescavadeiras e motoniveladoras**: Decreto 7.709, 03/04/12 fixa margens de 10% e 18%, respectivamente; Decreto 7.841, 12/11/2012, altera as margens para 15% e 25%, respectivamente (valor de compras estimado: R\$ 1,6 bi até dezembro de 2015)
- **Fármacos e Medicamentos**: Decreto 7.713, 03/04/12, estabelece margens de (i) 20% para fármacos e medicamentos não ativos e que utilizem fármacos específicos; (ii) 25% para produtos biológicos; (iii) 8% para “insumos farmacêuticos ativos” em desenvolvimento ou com capacidade nacional de fabricação imediata
 - Prazo: 2 anos para medicamentos e 5 anos para os demais produtos; valor de compras estimado: R\$ 1,5 bilhão
- **Produtos Médicos**: Decreto 7.767, 27/06/12, estabelece margens de 8%, 15%, 20% e 25% para equipamentos hospitalares e insumos médicos de baixa, média-baixa, média-alta e alta tecnologia, respectivamente
- **Veículos para vias férreas e papel para impressão de Papel Moeda**: Decretos 7.812 e 7.810, 20/09/12, estabelecem margem de 20%
- **Caminhões, furgões e implementos rodoviários**: Decreto 7.816, 28/09/12, estabelece margem de 17%, 15% e 14% respectivamente
- **Patrulhas Agrícolas e Perfuratrizes**: Decreto 7.840, 12/11/2012, fixa margem de 15% para tratores e 20% para perfuratrizes e implementos
- **Disco para Moeda**: Decreto 7.843, 12/11/2012, fixa margem de 20%
- **Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação**: Decreto 7.903, 04/02/12, fixa margem normal de 15% e margem adicional de 10%; aguardando portaria conjunta MCT/MDIC que atesta a inovação

Medidas Operacionais - Regime Automotivo: incentivo tributário associado ao investimento, agregação de valor, emprego, inovação, segurança veicular e eficiência energética dos veículos

Situação

- Lei 12.546, 14/12/2011 (conversão da MP 540); regulamentada até 2012 pelo Decreto 7.567/11
- Lei 12.715, 17/09/12 (conversão da MP 563); regulamentada até 2017 pelo Decreto 7.819/12

Descrição 2013/2017

- Ampliação do acesso por meio de alterações nas condições de habilitação
- Redução do IPI em até 30 p.p. associada ao percentual de compras internas de insumos
- Incentivos adicionais: redução adicional de IPI de até 1 p.p. em P&D, até 1 p.p. em engenharia, TIB e capacitação de fornecedores e em até 2 p.p. para incrementos de eficiência energética superiores a 18,8% em relação a 2011
- Objetivos:
 - Fortalecer a cadeia de fornecimento
 - Assegurar investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação
 - Aumentar volume de gastos em engenharia e Tecnologia Industrial Básica
 - Aumentar segurança dos veículos produzidos e comercializados no país
 - Aumentar eficiência energética dos veículos: meta de consumo de combustível

Medidas Operacionais - Regime Automotivo: incentivo tributário como contrapartida ao investimento, agregação de valor, emprego, inovação, segurança veicular e eficiência energética dos veículos

Nº	Requisito	Descrição	Habilitação (cumprir 2 de 3 itens)	Incentivo (redução de até 30 p.p.)	Incentivo Adicional (redução de até 2 p.p.)
1	P&D (conceito Frascati)	em % da Receita Operacional Bruta	X		X
2	Engenharia e TIB	em % da Receita Operacional Bruta	X		X
4	Etiquetagem (Exceto caminhões)	em % da produção no programa INMETRO	X		
	Eficiência Energética	Medida em Km/l			X
	Etapas Fabris	Por número de etapas		X	

Medidas Operacionais - Regime Especial Setorial TICs

Prouca e Reicomp

Medida

Descrição

Situação

Programa Um Computador por Aluno (Prouca):

inclusão digital nas escolas públicas ou sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência

- Estímulo à aquisição e utilização de soluções de informática como instrumento de aprendizagem
- Suspensão da cobrança de IPI, PIS/PASEP-COFINS, II e CIDE dos fabricantes de computadores portáteis, tanto na aquisição de matérias-primas e produtos intermediários quanto na comercialização

- Lei 12.715, 17/09/12
- Regulamentada pelo Decreto 7.750, 08/06/12

Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional (Reicomp)

Habilitação de pessoa jurídica fabricante de equipamentos para o Prouca para fins de benefício de suspensão do IPI e PIS-PASEP/COFINS, II e CIDE, condicionada a atendimento de Processo Produtivo Básico

- Lei 12.715, 17/09/12
- Regulamentada pelo Decreto 7.750, 08/06/12

Medidas Operacionais - Regime Especial Setorial TICs

REPUBL-Redes e PADIS

Medida	Descrição	Situação
Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPUBL-Redes)	<ul style="list-style-type: none"> - Suspensão de PIS-Pasep, COFINS e IPI para máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos e materiais de construção para investimentos em expansão da rede de telecomunicações para banda larga e de PIS-Pasep e COFINS para serviços de obras civis - Incentivos à tecnologia nacional: exigência de Processo Produtivo Básico e desenvolvimento nacional de tecnologia - Renúncia fiscal estimada: R\$ 3,4 bilhões entre 2013 e 2016 	<p>Lei 12.715, 17/09/12</p> <p>- Regulamentada pelo Decreto 7.921, 15/02/13</p>
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS): revisão do apoio ao desenvolvimento tecnológico da indústria (inclusão de fornecedores estratégicos de semicondutores e <i>displays</i> como beneficiários)	<ul style="list-style-type: none"> - Redução a 0% da alíquota de tributos nas aquisições no mercado interno e nas importações de insumos para aquisição ao ativo imobilizado da indústria de semicondutores: PIS/PASEP-COFINS; PIS/PASEP – importação; COFINS – importação; IPI; II para máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, software e insumos ; CIDE; IRPJ - Inclusão da cadeia de fornecedores - Desoneração de <i>design houses</i> - Aprovação agilizada de projetos - Flexibilização do percentual de P&D - Ajuste técnico: inclusão de obrigatoriedade de P&D na etapa de 'corte' 	<p>- Lei 12.715, 17/09/12</p> <p>-Obrigatoriedade de P&D na etapa de corte aguardando regulamentação</p> <p>- Em negociação desembaraço aduaneiro expresso</p>

Medidas Operacionais – TI Maior

Medida	Descrição	Situação
TI Maior: Programa Estratégico de Software e Serviços em TI	- Estruturado em cinco pilares: (i) desenvolvimento econômico e social; (ii) posicionamento internacional; (iii) inovação e empreendedorismo; (iv) produção científica, tecnológica e inovação; e (v) competitividade, prevê investimentos de R\$ 500 milhões para o período de 2012-2015. Os recursos serão subvencionados pela Finep/MCTI e pelo CNPq	Programa lançado em agosto/2012
Start-up Brasil - TI Maior	Programa para acelerar o desenvolvimento de <i>start-up</i> nacionais e atrair estrangeiras	Programa lançado em novembro/2012

Medidas em Implementação

Regime Especial Setorial: Indústria de Defesa

Medida	Descrição	Situação
Normas especiais para aquisição de produtos e sistemas de defesa	Normas especiais para compras, contratações e desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa e financiamentos para programas, projetos e ações relativos a Produtos Estratégicos de Defesa (PED)	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.598/12 (conversão MP 544)- Decreto de regulamentação na Casa Civil
Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID)	Regras de incentivo à área estratégica de defesa por meio do estabelecimento de regime especial tributário	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.598, 22/03/12 (conversão MP 544)- Projeto de Lei de Conversão 1/2013 (conversão da MP 582), aprovado no Senado, inclui vendas para as Forças Armadas na suspensão/alíquota zero do regime: aguardando sanção da Presidenta- Pendente elaboração de decreto de regulamentação

Medidas em Implementação

Regime Especial: Portos

Medida	Descrição	Situação
Regime Tributário de Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto)	<ul style="list-style-type: none">- Desoneração do IPI, PIS/Pasep - Cofins e II para investimentos em portos e ferrovias sem similar nacional- Ampliação do programa: além dos investimentos destinados à movimentação de carga e treinamentos, inclusão de armazenagem (galpões), proteção ambiental (máquinas com melhor eficiência energética, etc) e sistemas de segurança e monitoramento (<i>scanners</i>, etc)	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.688/2012 altera a Lei 11.033/2004, prorrogando os benefícios do Reporto até 31/12/15- Lei 12.715, 17/09/12 (conversão da MP 563), altera a Lei 11.033/2004, ampliando o seu escopo - aguardando decreto de regulamentação

Medidas em Implementação

Regime Especial Setorial: Indústria de Fertilizantes

Medida	Descrição	Situação
Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (REIF): implantação ou ampliação de infraestrutura para produção de fertilizantes e seus insumos	<ul style="list-style-type: none"> - Suspensão de tributos nas aquisições no mercado interno e nas importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos e de materiais de construção para utilização ou incorporação no projeto: PIS/PASEP-COFINS; PIS/PASEP – importação; COFINS – importação; IPI - Suspensão de tributos na aquisição ou importação de serviços destinados ao projeto”: PIS/PASEP-COFINS; PIS/PASEP – importação; COFINS – importação - Suspensão de PIS/PASEP-COFINS na locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos para utilização no projeto - Exigência de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica - Estimativa de renúncia fiscal de R\$ 363,07 milhões entre 2013 e 2014 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de Lei de Conversão 1/2013 (conversão da MP 582) aprovado no Senado. Aguardando sanção da Presidenta - Aguardando regulamentação dispendo sobre a forma de habilitação e coabilitação, os projetos de investimentos que não produzam exclusivamente fertilizantes e os requisitos de investimento em PD&I

Medidas Operacionais

Medida

Situação

Ampliação de Programas BNDES destinados a setores intensivos em conhecimento:

ampliação Pro-P&G, Profarma, Prosoft, Pro-Aeronáutica e Proplástico

- Pro-P&G, Profarma, Prosoft, Pro-Aeronáutica e Proplástico: programas operacionais e orçamento disponível

Fomento à Inovação na Cadeia de Petróleo e Gás Natural: criação do Inova Petro

- Inova Petro (Plano Conjunto BNDES-Finep-Petrobras de Fomento a Projetos de Inovação na Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços relacionados ao Setor de Petróleo e Gás Natural): Decisão Diretoria BNDES 681, 03/07/12

-Valor: R\$ 3 bilhões

- Assinatura do Plano em 13/08/12 e lançamento do 1º edital em 17/09/12

-58 cartas de manifestação de interesse recebidas (solicitação de recursos de R\$ 2,7 bilhões)

Medidas Operacionais

Medida

Situação

Criação de Programa para Fundo Clima (MMA): mitigação das mudanças climáticas em modais de transporte eficientes, máquinas e equipamentos eficientes, energias renováveis, resíduos com aproveitamento energético, carvão vegetal, e combate à desertificação

- Autorizada Resolução CMN 4.008, (14/09/11) e regulamentada pela Resolução BNDES 2.180 (01/11/11)
- Programa lançado em 13/02/12

Programa BNDES de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Aquícola (BNDES Proaquicultura): financiamento à cadeia produtiva do pescado

- Implantada Resolução BNDES 2.349, 02/10/12
- Dotação orçamentária de R\$ 500 milhões e prazo de vigência até 31 de dezembro de 2017

Novas Regras para Credenciamento de Geradores Eólicos: incentivo à fabricação no país de componentes com alto conteúdo tecnológico e uso intensivo de mão de obra

Dec. Dir. BNDES 1.380, 11/12/12

Medidas Operacionais

Medida

Situação

Plano BNDES e FINEP de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS)

35 planos de negócio já selecionados, com investimento total de R\$ 3,1 bi até 2015, para desenvolvimento, produção e comercialização de novas tecnologias de processamento da biomassa da cana de açúcar

Criação do Programa de apoio à renovação e implantação de novos canaviais (BNDES Prorenova):
ampliação de canaviais e da oferta de etanol

Resolução BNDES 2.209, 03/01/12

Relançamento do Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (BNDES PASS): apoio à estocagem de etanol

Resolução BNDES 2.234, 03/04/12

Medidas Operacionais

Medida

Situação

Relançamento do BNDES Exim Pré-embarque

Automóveis: apoio à produção de automóveis para exportação associado a compromisso de percentual mínimo de exportação

Resolução BNDES 2.271, 26/06/12

Acordo Bancos Públicos: harmonização políticas de financiamento

- Implantada equivalência de exigências BNDES e Finame Agrícola em linhas Pronaf importação
- Publicadas portarias MI com diretrizes para o FNE, FNO, FDCO, FDNE e FDA

Medidas Operacionais

Medida

Situação

Encomendas Tecnológicas:
permitir cláusulas de risco
tecnológico previstas na Lei de
Inovação

Regulamentada pelo Decreto 7.539, 02/08/11

Permissão Fundações de Apoio
atenderem a mais de uma ICT

Regulamentada pelo Decreto 7.544, 02/08/11

Modernização do Marco Legal do
Inmetro

Lei 12.545, 14/12/2011 (conversão da MP 541) amplia
escopo de atuação em qualidade e tecnologia
industrial

Incentivos da Lei do Bem:
financiamento a ICTs privadas sem
fins lucrativos

-Lei 12.546, 14/12/2011 (conversão da MP 540)
- Texto alterado do decreto 6.260/2007 na Presidência
para assinatura

Medidas Operacionais

Medida

Situação

Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS) e suas Notas Explicativas

Instituídas pelo Decreto 7.708, 02/04/12

Implantação do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços - SISCOSERV

- Lei 12.546/2011 estabelece obrigatoriedade de prestação de informações ao MDIC relativas às transações de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio entre residentes ou domiciliados no exterior e residentes ou domiciliados no país. Essas informações serão categorizadas com base na NBS e utilizadas pelo MDIC para a produção de estatísticas.
- Portaria conjunta MDIC-RFB 1.908, 20/07/12, institui o Siscoserv
- Sistema em operação desde 01/08/12

Estímulos às exportações e defesa comercial

Medidas em Implementação

Medida

Criação da Agência Brasileira Gestora de Fundos – ABGF:
administração de fundos
garantidores de infraestrutura
e comércio exterior

Situação

- Lei 12.712, 30/08/12 (conversão da MP 564), autoriza:
 - criação da agência (em estruturação)
 - participação da União como cotista do fundo com limite R\$ 11 bilhões para cobertura de riscos relacionados a projetos de infraestrutura, construção naval, aviação civil, PPPs e à realização dos grandes eventos esportivos
 - participação da União como cotista de fundos para garantir risco comercial (inclusive para MPMes), político, extraordinário e de descumprimento de obrigações em operações de comércio exterior
- Decreto sobre o Conselho de Participação do FGCE em fase de conclusão

Medidas Operacionais

Medida

Situação

Aceleração do ressarcimento de créditos aos exportadores:

processamento automático, com pagamento em 60 dias, para empresas com escrituração fiscal digital

24,6 mil pedidos já analisados (R\$ 22,6 bilhões) até 30/04/2012

Instituição Reintegra: devolução via restituição e/ou compensação de créditos residuais na cadeia produtiva para exportações realizadas até 31/12/13

- Lei 12.546, 14/12/2011 (conversão da MP 540), regulamentada pelo Decreto 7.633, 01/12/11: cerca de 9 mil NCMs (manufaturas) e alíquota de 3%
- Viabilizados pedidos de compensação e ressarcimento via internet (Programa PER/DCOMP):
 - Recebidos 1.047 pedidos de ressarcimento (R\$ 470 milhões) até 31/05/12
 - Compensadas 922 declarações (R\$ 173 milhões) até 31/05/2012
- MP 601, 28/12/2012, prorroga o Regime até 31/12/2013

Medidas Operacionais

Medida

Empresa Preponderantemente Exportadora: redução de 60% (setores intensivos em trabalho) ou 70% (demais setores) para 50% do percentual de exportações no faturamento para caracterização de Empresa Preponderantemente Exportadora → ampliação do universo de empresas com benefício de suspensão de IPI, PIS e COFINS sobre aquisição de insumos

Situação

- Lei 12.715, 17/09/12 (conversão da MP 563) reduz para 50% do percentual de exportações no faturamento para caracterização de Empresa Predominantemente Exportadora
- Estimado benefício potencial para 300 empresas

Medidas Operacionais

Medida

Situação

Ampliação dos recursos para o Programa de Financiamento à Exportação (PROEX):
de R\$ 1,24 bilhão para R\$ 3,1 bilhões
(Financiamento R\$ 1,6 bilhão + Equalização
R\$ 1 bilhão + FFEX integralização de cotas
R\$ 500 milhões)

- Lei 12.699, 30/07/12, assegura crédito suplementar no valor de R\$ 1,355 bilhão
- Crédito aberto e recursos disponibilizados aos exportadores
- Orçamento de 2013: R\$ 1 bilhão para o PROEX-Equalização e R\$ 1,5 bilhão para o PROEX-Financiamento

Novas regras para seguro de crédito à exportação

- Resolução CAMEX nº20, 04/04/12, altera limite de faturamento bruto de MPME beneficiária de R\$ 60 milhões para R\$ 90 milhões
- Ampliação da alçada de aprovação da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda de US\$ 5 milhões para US\$ 20 milhões
- Minuta de contrato padrão em análise na PGFN

Medidas Operacionais

Medida

Situação

Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) indireto para as exportações via *tradings*: autoriza empresa que exporta via *trading* a financiar produção a taxas de juros internacionais tomando ACC indireto

- Lei 12.712, 30/08/12 (conversão da MP 564): considera exportação indireta, para fins de acesso a linhas externas de crédito comercial, a venda a empresas comerciais exportadoras de bens destinados à exportação
- Circular BCB 3.592, 02/05/12, regulamenta Resolução CMN 4.074, 26/04/12, que disciplina mecanismo previsto na Lei 9.529/97 com a redação dada pelo art. 3º da MP 564
- Bacen orientará os bancos acerca do adequado registro das operações para efeito de posição cambial, com vistas à redução do custo da operação.

Medidas Operacionais

Medida	Situação
Combate à circunvenção	<ul style="list-style-type: none">- Concluídas 2 investigações anticircunvenção- Em vigor sobretaxada para cobertores de fibras sintéticas chineses importados do Uruguai e Paraguai (Resolução CAMEX nº12/12)
Combate à falsa declaração de origem	Concluídas 15 investigações (Portarias SECEX 2011 nº 25, 33, 41, 44 e 47; Circular SECEX 2011 nº 66; Portarias SECEX 2012 nº 3, 4, 8, 12, 30, 31, 33,35 e 42): ímãs de ferrite, escovas de cabelo, lápis de madeira, magnésio metálico e calçados
Aperfeiçoamento da estrutura tarifária: criação mecanismo Mercosul que permite aumento Imposto Importação	<ul style="list-style-type: none">- Mecanismo que permite a elevação do imposto de importação de 100 códigos NCM aprovado no Mercosul (Decisão CMC 39/11, 20/12/11)- 92º Protocolo Adicional ao ACE 18, que formaliza perante à ALADI a DEC 39/11, assinado pelos países do Mercosul- Medida internalizada pela Argentina, Uruguai e Brasil (Decreto 7.734, 25/05/12). Em vigor no Mercosul desde 06/09/12 (Decisão CMC nº 39)- Resolução Camex 70/12 eleva imposto de importação de 100 códigos NCM por 12 meses- Aprovada no Mercosul Decisão 25/12, 29/06/12, que permite a elevação tarifária temporária para mais 100 códigos NCM. 94º Protocolo Adicional ao ACE 18 formaliza a decisão perante à ALADI. Aguardando internalização da decisão pelos países.

Medidas Operacionais

Medida	Situação
Aumento da exigência de certificação compulsória e fortalecimento do controle aduaneiro	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.545, 14/12/2011 (conversão da MP 541)- Desenvolvidos 15 programas de avaliação da conformidade com certificação compulsória e concedidos 3.333 registros de objetos (produtos e serviços) com conformidade compulsória avaliada- Ingresso de 228 servidores no INMETRO (Portarias 296/11 e 183/12)- Assinado Convênio INMETRO/RFB para aperfeiçoar controle e fiscalização sobre mercadorias importadas e coibir práticas ilícitas:<ul style="list-style-type: none">• Priorizados 6 produtos: têxteis, brinquedos, capacetes, barras e fios de aço, luvas e pneus• Realizada operação “brinquedo perigoso”, em 09/10/12, resultando na apreensão de 7 toneladas de produtos irregulares
Suspensão ex-tarifário máquinas e equipamentos usados	Implantada Resolução CAMEX 55/2011
Exclusão dos Sistemas Integrados da concessão de ex-tarifários: equipamentos decompostos em máquinas e combinações de máquinas	Resolução CAMEX nº 17, 03/04/12, proíbe a redução da alíquota do Imposto de Importação para sistemas integrados
Ações antifraude da Receita Federal	<ul style="list-style-type: none">- Em andamento operações para combate a fraudes/ irregularidades e reforço das fronteiras terrestres- Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros (Cerad) em operação

Medidas Operacionais

Medida

Situação

Redução temporária do imposto de importação para bens de capital e de informática e telecomunicação: incentivo ao investimento e à inovação

- Desde agosto de 2011 foram aprovados 3.811 pleitos de ex-tarifários para bens de capital e 128 para bens de informática e telecomunicação
- Resoluções Camex 2011 nº 56, 57, 68, 70, 74, 84, 85, 95, 96; 2012 nº 1, 2, 18, 28, 33, 36, 37, 47, 48, 60, 61, 68, 69, 74, 75, 81, 82, 90 e 91 e 2013 nº 9, 10, 15 e 16.
- Redução temporária do imposto de importação para 2%

Medidas em Implementação

Medida	Situação
Criação do Fundo de Financiamento à Exportação MPME - PROEX FINANCIAMENTO	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.545, 14/12/11 (conversão da MP 541)- Decreto 7.714/12 altera decreto 4.993/04, inserindo nova atribuição ao Comitê de Financiamento e Garantia de Exportações: orientar atuação da União no FFEX-Aguardando: (i) definição remuneração agente financeiro; (ii) criação da Pessoa Jurídica; (iii) integralização de cotas de R\$ 500 milhões- Texto do estatuto concluído, pendente da aprovação pelo COFIG
Definição <i>spreads</i> para enquadramento automático PROEX EQUALIZAÇÃO	MF incumbido de definir <i>spreads</i> de equalização de acordo com Decreto 7.710/12. Metodologia em discussão com os bancos oficiais
Fundo de Garantia à Exportação (FGE): novo modelo de cobertura para atender países de maior risco	A medida em discussão no GTEX África no âmbito da Camex
Utilização de contratos padrão em operações de crédito oficial	<ul style="list-style-type: none">- Implantada pela Lei 12.712, 30/08/12 (conversão da MP 564)- Em elaboração contratos padrão para o PROEX FPE e para o “Mais Alimentos África”

Medidas em Implementação

Medida

Situação

Flexibilização de garantias PROEX e redefinição de alçadas para aprovação das operações PROEX financiamento

- Resolução CAMEX nº 21, 04/04/12, autoriza BB a aceitar garantias do próprio empresário em operações de até US\$ 50 mil para empresas com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões
- Ampliação da alçada dos bancos para aprovar operações até US\$ 20 milhões sem aprovação do COFIG
- Sistema operacional em fase de construção, priorizado pelo BB (previsão de conclusão no 2º semestre de 2013)

PROEX Equalização pré-embarque e redefinição dos prazos e percentuais para equalização pós-embarque

- Decreto nº 7.710, 03/04/12, estende prazo de equalização para 15 anos, define taxa de 2,5% a.a. e percentual financiado de até 100%
- Resolução CMN 4.063, 12/04/12, autoriza equalização nos financiamentos pré-embarque e desembolsos antes do embarque ou prestação dos serviços
- Em preparação atos normativos do Camex e do MF para regulamentar as medidas
- Orçamento PROEX Equalização 2013: R\$ 1 bilhão pós-embarque e R\$ 60 milhões pré-embarque

Medidas Operacionais

Medida	Situação
Plano Nacional da Cultura Exportadora: Mapas e Planos de Ação de Comércio Exterior	<ul style="list-style-type: none">- Lançado em 22/08/12- Sistema de Informações Gerenciais em fase de emissão de relatórios- 15 Mapas e 8 Planos de Ação de Comércio Exterior consolidados e Agenda/2013 em implementação em 23 Estados (AC, AL, AP, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SE e TO)- Balanço 2012: executadas 255 ações (91%)
Ampliar de 30 para 120 número de investigadores de defesa comercial	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.545, 14/12/11 (conversão da MP 541)- Concurso público e curso de formação concluídos. Novos Analistas de Comércio Exterior empossados.

Medidas em Implementação

Medida

Situação

Antidumping, salvaguardas e medidas compensatórias: redução prazos investigação e aplicação direito provisório

- Portarias SECEX 46/2011 (modifica petições visando maior celeridade às investigações de dumping) e 41/2012 (disciplina a representação legal); Portaria MDIC 293/2011 (centraliza e readapta atividades formais do processo de defesa comercial)
- Nova versão do decreto *antidumping* encaminhada para publicação

Fortalecimento combate importações ilegais: violação de propriedade industrial e de certificação compulsória

- Extrato do Acordo de Cooperação MJ-MDIC publicado no DOU, 15/09/11
- Encaminhada ao GTIC/CAMEX proposta de Lei prevendo infrações e penalidades. Das 38 denúncias, 34 foram objeto de análise e 16 implicaram aplicação de medidas administrativas (parametrização)

Ações estruturantes favoráveis à competitividade da indústria

Programa de Aceleração do Crescimento: exigência de aquisição de produtos e serviços nacionais

Descrição

- Lei 12.745, 19/12/2012 (conversão da MP 580, 14/09/2012)
 - Possibilidade de exigência de aquisição de serviços e produtos manufaturados nacionais nos editais de licitação e contratos do PAC Equipamentos
 - No caso de transferências obrigatórias aos Estados, DF e Municípios para a execução de ações do PAC, poderá ser estabelecida a mesma exigência, cujas cláusulas deverão ser reproduzidas nos editais de licitação e contratos decorrentes
- Decreto 7.888, 15/01/2013, estabelece exigência de aquisição de produtos manufaturados e serviços nacionais nas ações de mobilidade urbana do PAC
- Decreto 7.889, 15/01/2013, institui a Comissão Interministerial de Aquisições do PAC (CIA-PAC)

Redução do Custo de Energia Elétrica: modicidade tarifária, aumento da competitividade e garantia de suprimento

Descrição

→ Lei 12.783, 11/01/2013 (conversão da MP 579, 11/09/12)

- Prorrogação das concessões vincendas de geração, transmissão e distribuição, condicionadas à observância do princípio da modicidade tarifária e à garantia de continuidade do suprimento de energia elétrica
- Prorrogação das concessões de usinas para autoprodução de energia elétrica a título oneroso, em favor da modicidade tarifária
- Redução/extinção de recolhimentos e mecanismo de minimização dos efeitos das variações cambiais

✓ Estimativa de redução da conta de luz, a partir de 05/02/13, de 18% para residências/comércio e de até 32% para grandes indústrias

✓ Para custear eventual déficit entre arrecadação e encargos com programas sociais decorrentes das medidas, a União utilizará créditos junto a entes do setor elétrico

Programa de Investimentos em Logística

Descrição

- **Concessões de aeroportos:**
 - Dez/2011 - publicação do edital para selecionar propostas para a celebração de contratos de concessão de serviços públicos dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos
 - Fev/2012 - R\$ 24,5 bi arrecadados no leilão (Brasília R\$ 4,5 bi; Campinas R\$ 3,8 bi; e Guarulhos R\$ 16,2 bi)
 - Jun/2012 – assinatura dos contratos de concessão
 - Dez/2012: (i) lançamento do “Programa de Investimentos em Logística – Aeroportos”, com previsão de investimentos de R\$ 7,3 bi em 270 aeroportos regionais; (ii) anúncio da concessão do Galeão (R\$ 6,6 bi) e Confins (R\$ 4,8 bi); (iii) anúncio da criação da Infraero Serviços, que prevê sócio internacional para a Infraero administrar aeroportos regionais
- **Programa de Investimentos em Logística - Rodovias e Ferrovias (Ago/2011):**
 - Lançamento do programa, com previsão de investimentos de R\$ 133 bi em 25 anos para construção de ferrovias e duplicação /construção de rodovias
 - Criação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) para promover a integração logística no Brasil (Lei 12.745, 19/12/2012)
- **Programa de Investimento em Portos**
 - Lançamento do Programa, com previsão de investimentos de R\$ 54,2 bilhões até 2017
 - MP 595, em tramitação no Congresso Nacional, dispõe sobre a exploração de portos e instalações portuárias e sobre as atividades dos operadores portuários

Qualificação de Trabalhadores: FIES Empresa

Descrição

Qualificação de Trabalhadores – FIES Empresa: regulamentação do uso de recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) pelas empresas interessadas em oferecer cursos de capacitação profissional a seus funcionários, no âmbito Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec)

→ Lei 12.513, 26/10/2011, institui o Pronatec

→ Decreto 7.790, 15/08/12, dispõe sobre financiamento do FIES

→ MP 593, 05/12/2012, altera a Lei 12.513 para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante

BRASIL MAIOR

Inovar para competir. Competir para crescer.

Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA